



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

PROCESSO Nº 979/2024/SCG
PARECER Nº 007/2024-CL

EMENTA: ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA DA EMPRESA RMA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA – ME, CNPJ Nº 45.276.143/0001-69, OBJETIVANDO AO FORNECIMENTO DE RECARGA DE 40 (QUARENTA) BOTIJÕES DE GÁS DE COZINHA DE 13 KG. HIPÓTESE REMETE AOS PRESSUPOSTOS CONSTANTES DO ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E ALTERAÇÕES.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação oriunda do Processo Administrativo Nº 78/2024, da Secretaria de Coordenação Geral desta Câmara Municipal do Recife, concernente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RECARGA DE 40 (QUARENTA) BOTIJÕES DE GÁS DE COZINHA DE 13 KG**, pedida pelo Departamento de Administração.

O Documento de Formalização da Demanda indica que o grau de prioridade da contratação é médio.

Cumprе registrar, que é necessária a contratação solicitada.

O Departamento de Administração assim justificou a contratação: **“A necessidade de manutenção dos serviços das copas nos prédios Sede e anexos da Câmara, para**



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

atender aos servidores e convidados, sendo preciso de forma permanente o fornecimento de gás de cozinha.” Sic.

A razão da escolha do fornecedor, provavelmente, feita pelo Departamento de Administração, e que a empresa que ofertou preço compatível com o preço de mercado, conforme pesquisa de preços, realizada por ele, na forma da legislação vigente, considerando preços públicos, e que a empresa já prestou serviços para esta Casa Legislativa, cumprindo com todas as etapas previstas em contrato.

O processo se encontra instruído com a seguinte documentação:

- 1) Despacho – SCG;
- 2) Solicitação – Departamento de Administração;
- 3) Autorização do Primeiro Secretário, **ad referendum** da Comissão Executiva;
- 4) Proposta de Preços, para a realização do fornecimento:
 - ✓ RMA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA – ME, CNPJ Nº 45.276.143/0001-69, no valor global de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais);
- 5) Resolução Nº 397/2023 – Comissão Executiva da Câmara Municipal do Recife;
- 6) Documento de Formalização da Demanda – DFD – emitido pelo Departamento de Administração;
- 7) Estudo Técnico Preliminar – ETP – emitido pelo Departamento de Administração;
- 8) Mapa Comparativo de Preços – emitido pelo Departamento de Administração
- 9) Termo de Referência – emitido pelo Departamento de Administração;
- 10) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

11) Documentação da empresa RMA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA – ME, CNPJ Nº 45.276.143/0001-69:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Contrato Social;
- c) RG e CPF do Sócio Administrador;
- d) Dados da Empresa;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas– CNDT;
- f) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Certidão de Regularidade Fiscal – SEFAZ/PE;
- h) Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Fiscais – Prefeitura do Recife – PE;
- i) Certidão de Regularidade – FGTS;
- j) Certidão Negativa de Licitação – 1º Grau;
- k) Certidão Negativa de Licitação – 2º Grau;
- l) Atestados de Capacidade Técnica;
- m) Balanço Patrimonial – ECD 2022;
- n) DRE – ECD 2022;
- o) Relatório de Índices de Liquidez;
- p) Cadastro de Contribuintes Estadual;
- q) Cadastro de Contribuintes Municipal;
- r) CIM;
- s) Comprovantes de Capacidade Técnica – SIAFI;
- t) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – TCU;
- u) Certidão negativa – CGU;
- v) Declaração de eu não Emprega Menor;
- w) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
- x) Outras Declarações;
- y) Simples Nacional
- z) Declaração para fins de Participação em Processos de Contratação Pública;

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública consagra como princípio geral para contratação de obras, serviços e compras, a realização de procedimento licitatório. Todavia, há situações em que recebe da Lei, autorização para abster-se da obrigação de licitar, se assim



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

considerar conveniente ao interesse do serviço, sendo que essas situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar.

Importa salientar que, comprovada a possibilidade de não proceder o certame licitatório, cumpre estar presente o pressuposto fático que fundamenta a decisão.

Trata-se de contratação direta e a legislação impõe um rol mínimo de documentos, para sua realização.

Observemos a inteligência do art. 72 e seus incisos e parágrafo único, da Lei Federal Nº 14.133/2021:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no **art. 23 desta Lei**;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

O presente Processo cumpre e traz em seu bojo as documentações exigidas.

A contratação pretendia encontra guarida no artigo 75, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei Nº 14.133/93 e alterações:

“Art. 75 – É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 11.871, de 2023\)](#) [Vigência](#);.”

O valor atual é de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)

Isto posto, caberá à Administração optar ou não pela realização da licitação, tendo o direito de dispensá-la, mediante justificativa e a presença dos supracitados requisitos.

Da não adoção do procedimento de Dispensa Eletrônica, por fim, passa-se então à análise do procedimento prescrito no § 3º, do artigo 75, da Lei Federal Nº 14.133/2021, regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67/2021, que previu um conjunto de considerações sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica e enumerou no artigo 4º, as hipóteses de adoção do referido procedimento:

Artigo 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I, do caput, do art. 75, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II, do caput do art. 75 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, **quando cabível**; grifo nosso, e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

Destarte, com base no disposto no inciso III, do artigo 4º, da IN SEGES/ME Nº 67/2021 e, tendo em vista se tratar de contratação de empresa integrante da Administração Pública, não se vislumbra a adoção do procedimento eletrônico para esta dispensa de licitação.

À luz de tais considerações, aqui elencadas, configura-se dispensabilidade de licitação com fulcro no art. 75, inciso II, do citado diploma legal.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para custear a presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamento: 01 – Câmara Municipal do Recife;

Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal do Recife;

Programa de trabalho: 1.01.122. 4102. 2002 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL;

Subação: 198 – Outras Medidas;

Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

Fonte: 500 – Recursos não vinculados de Impostos.

IV– CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Licitação opina pela contratação direta da empresa **RMA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA – ME, CNPJ Nº 45.276.143/0001-69**, pelo valor global estimado de **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**, objetivando ao **FORNECIMENTO DE RECARGA DE 40 (QUARENTA) BOTIJÕES DE GÁS DE COZINHA DE 13 KG**, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1295

Nº 14.133/2021 e alterações.

É o parecer.

Recife, 01 de abril de 2024.

Lúcia de Fátima da Granja dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação